

RESOLUÇÃO CMI N.º 004/2016.

Dispõe sobre a Instrução Normativa do Sistema de Compras, Licitações e Contratos – SCL n.º 004/2016, que dispõe sobre os mecanismos legais para a elaboração de Termo de Referência e Projeto Básico no âmbito do Poder Legislativo de Ibirajú.

O Presidente da Câmara Municipal de Ibirajú, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que o Plenário aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. *Fica aprovada a Instrução Normativa 'Sistema de Compras, Licitações e Contratos – SCL n.º 004/2016', expedida pela Unidade Central de Controle Interno que integra a presente Resolução.*

Art. 2º. *Caberá à Unidade Central de Controle Interno a divulgação da Instrução Normativa ora aprovada.*

Art. 3º. *Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

Plenário Jorge Pignaton, em 12 de julho de 2016.

JOSÉ LUIZ TORRES TEIXEIRA JUNIOR
Presidente

Registrada nesta Secretaria, em 12 de julho de 2016.

ROSILEIA COMETTI BIZERRA
Assessora Técnica Administrativa

INSTRUÇÃO NORMATIVA SISTEMA DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS - SCL Nº. 004/2016

Versão: 001/2016

Aprovação em: 12 de julho de 2016

Ato de aprovação: Resolução CMI nº 004/2016

Unidade Responsável: Setor de Compras

I – FINALIDADE

Estabelecer mecanismos legais para a elaboração do Termo de Referência e Projeto Básico originadas de procedimentos licitatórios, dispensas ou inexigibilidades de licitação.

II – ABRANGÊNCIA

Abrange todos os setores que integram a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Ibirajú/ES, que no desempenho de suas atribuições, demandem aquisições/contratações de produtos e serviços.

III – CONCEITOS

1. Termo de Referência: *é o instrumento para solicitação de aquisição de bens, serviços e contratação de obras, inclusive dispensa por valor, em que o requisitante esclarece aquilo que realmente precisa, trazendo a definição do objeto, orçamento detalhado de acordo com os preços de mercado, métodos, estratégia de suprimentos e cronograma. Isto é, retrata o planejamento inicial da licitação e contratação, definindo os seus elementos básicos. Em suma: o Termo de Referência é o documento mediante o qual a Administração explicita o objeto, documentando de forma sistemática, detalhada e cabal o objeto da contratação que pretende realizar.*

2. Projeto básico: *Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.*

IV – BASE LEGAL

- *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;*
- *Lei n.º 4.320/64 – Lei de Direito Financeiro;*
- *Lei Complementar n.º 101/2002 – Lei de Responsabilidade Fiscal;*
- *Lei Federal n.º 8.666/93- Lei de Licitações e Contratos Administrativos;*
- *Lei Federal n.º 10.520/2002 – Lei do Pregão;*
- *Resolução CMI n.º 004/2012 – Institui na Câmara Municipal de Ibirajú a modalidade de licitação denominada pregão;*
- *Resolução CMI n.º 002/2016 - Institui e Regulamenta o Sistema de Registro de Preço no âmbito da Câmara Municipal de Ibirajú.*
- *Manual TCU – Licitações e Contratos.*

V – PROCEDIMENTOS

CAPÍTULO 1 – DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. Etapas da licitação, dispensa e inexigibilidade

a) *Todas as etapas do trâmite processual da licitação, dispensa e inexigibilidade encontram-se descritas na Resolução CMI n.º 005/2015 que aprovou a Instrução Normativa do Sistema de Compras, Licitações e Contratos e SCL n.º 001/2015 que dispõe sobre aquisição de bens e serviços da Câmara Municipal de Ibirajú/ES.*

1.2. Termo de Referência e Projeto Básico

a) *O Termo de Referência de que tratam os atos regulamentadores do Pregão, no âmbito Federal ou Municipal, é o Projeto Básico definido na Lei de Licitações e Contratos.*

b) *Tanto o Termo de Referência quanto o Projeto Básico servem ao mesmo propósito: dar conhecimento à Administração (fase preparatória da licitação) daquilo que se pretende contratar, como também aos pretensos interessados (fase externa – publicação do edital ou convite) em fornecer o bem ou o serviço pretendido.*

c) *A diferença entre Termo de Referência e Projeto Básico é que este é exigido para as contratações de obras e serviços quando realizadas na modalidade de licitação tipificadas na Lei n.º 8.666/93 e nas contratações diretas (dispensas e inexigibilidade de licitação), já o Termo de Referência deverá ser utilizado nas contratações visando o fornecimento de bens ou prestação de serviços comuns, realizadas na modalidade pregão.*

CAPÍTULO 2 – ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

2.1.ELEMENTOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

2.1.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

a) O Termo de Referência deverá descrever e detalhar o objeto da contratação de forma clara, precisa e suficiente sem especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que possam restringir a competição ou direcionar para um determinado fornecedor.

b) Na descrição do objeto é vedada pela lei a indicação de marcas (art. 15, § 7º inciso I), com exceção dos casos em que, circunstanciadamente motivada, possa ser aceita em observância ao princípio da padronização, ou quando se tratar de caso tecnicamente justificável.

c) O objeto da contratação deve ser detalhado. Para tanto, deve-se fornecer informações suficientes, de forma clara e precisa, que permitam a produção, a compra dos bens ou execução dos serviços com qualidade e que esta possa ser aferida facilmente. Deve-se evitar exigências de funcionalidades desnecessárias ou supérfluas.

2.1.2. OBJETIVO

a) Neste elemento deve ser indicado a finalidade básica da contratação, de forma clara, sucinta e direta.

b) Os objetivos devem elencar os resultados esperados na aquisição de produtos ou contratação de serviços.

2.1.3. JUSTIFICATIVA

a) Demonstrar a existência da necessidade da contratação e do quantitativo solicitado, focando nos objetivos que se pretende alcançar e os impactos positivos da contratação.

b) Descrever os benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação.

2.1.4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

a) O Termo de Referência deverá conter a definição detalhada, precisa e clara de todos os elementos que constituem o objeto, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização.

a.1) Orçamentos Detalhados/Valor Estimado em Planilha de Acordo com os Preços de Mercado

Para que o Ordenador de Despesas decida pela contratação é necessária que se levante a estimativa do custo da contratação, por meio de pesquisa de mercado, delineada em orçamento detalhado ou em planilha, de modo que fiquem especificados os custos unitários e totais de cada parcela e do total do serviço a ser contratado.

- b)** As especificações devem observar as peculiaridades do mercado e os critérios de sustentabilidade ambiental, se for o caso.
- c)** Caso a especificação seja muito extensa, este item deverá abordar aspectos gerais e remeter os detalhamentos em outra parte do Termo de Referência, normalmente em anexo (especificações).
- d)** É necessário fazer referência quando houver necessidade de agrupamento de itens em lotes, de acordo com a natureza do fornecimento e as peculiaridades do mercado.
- e)** Todo material que serviu de base para elaboração das especificações como tabelas, catálogos, desenhos, fotos, entre outros, deverá ser juntado aos autos da contratação.
- f)** É imprescindível que seja elaborada uma planilha de especificações, comparando os itens para que seja possível aferir quais características atendem às necessidades da Câmara Municipal de Ibirapu e quais produtos não são compatíveis
- g)** Considerando a vedação de indicação exclusiva de marca, será admitida a previsão da similaridade através das expressões equivalente, similar ou de melhor qualidade.
- h)** Quando for necessário e adequado inserir normas técnicas tais como ABNT/INMETRO ou exigência de laudos, quanto a padrões de qualidade obrigatória para aquisição de bens/serviços, as regulamentações das referidas entidades devem ser inseridas nos autos do processo de contratação.
- i)** A quantidade deve ser estimada de forma adequada, observando a existência de produtos em estoque/almojarifado, bem como a existência de contratos vigentes que possibilite a utilização, devendo tal informação constar nos autos.
- j)** No caso de contratação através de Sistema de Registro de Preços, adequado aos casos de fornecimento por demanda ou parcelado, o Termo de Referência deverá dispor sobre os quantitativos mínimo e máximo que serão adquiridos.

2.1.4.1. Como especificar bens:

- especificar as dimensões com intervalos mínimos e máximos, através das unidades de medida mais utilizadas/reconhecidas/adotadas pelo mercado;
- especificar o material de composição (matéria-prima, fórmulas e composto químico) e a forma, inserindo, quando necessário, desenho ou projeto detalhado;
- especificar a capacidade, a resistência, a precisão, a potência e o consumo;
- especificar a quantidade e a qualidade;
- especificar os acessórios, os requisitos de garantia e de segurança;
- especificar as cores, nuances, gradações, tonalidades e escalas aceitas no mercado;
- especificar a embalagem, conforme a utilização usual do mercado, descrevendo com detalhes a embalagem em situações que exijam armazenamento prolongado ou condições especiais;
- especificar os testes e exames de qualidade (com indicação do Normativo que o regulamente), a aferição da especificação, métodos de mensuração, análise dos produtos e o percentual de falhas aceitáveis;
- especificar o tipo de frete, o prazo da entrega, conforme as práticas do mercado transporte;
- especificar a possibilidade de entrega através dos Correios, assim como a modalidade;
- especificar se o produto deve possuir critérios de sustentabilidade.

1. Como especificar serviços:

- descrever detalhadamente os serviços, as metodologias de trabalho e a definição da rotina de execução a ser adotada;
- especificar local e horário de realização dos serviços;
- especificar o cronograma de realização dos serviços, dias e horários de funcionamento da Câmara Municipal de Ibirajuru;
- especificar a frequência e periodicidade da prestação dos serviços;

- especificar os procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas, quando for o caso;
- identificar os resultados esperados;
- especificar a necessidade de vistoria dos locais da execução dos serviços e elaboração de relatório;

2.1.5. DO FORNECIMENTO/DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

a) É necessário que se defina, com precisão, os métodos a serem utilizados na execução dos serviços, as condições para a sua execução (locais, horários, periodicidade, etc.) a mão-de-obra necessária, os materiais e equipamentos a serem utilizados, e quaisquer outras informações que se façam necessárias;

b) No caso de aquisição de bens, devemos informar o prazo, local e horário de entrega se os bens serão entregues de uma só vez ou de forma parcelada, garantia e assistência técnica, etc. No caso de bens que precisem ser fabricados, devem ser informados, ainda, os métodos construtivos (medidas, desenhos, plantas, materiais, cores, e etc.)

c) Deve-se definir a forma e as condições para a execução dos serviços ou o fornecimento dos bens: definição dos itens ou formação de lotes para licitação, definição das etapas e prazos das medições, meios de transportes, etc.

2.1.6. DA GARANTIA PELO FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

a) O Termo de Referência deve especificar o tipo de garantia solicitada (garantia contratual, garantia de mercado, garantia estendida, assistência técnica, entre outras), abrangendo o objeto/serviço como um todo e seus componentes conforme o caso.

2.1.7. DA AMOSTRA

a) A necessidade de exigência de amostra deve ser justificada nos autos.

b) Esta previsão tem como objetivo certificar de que o objeto oferecido é, de fato, compatível com as exigências da contratação antes da homologação/ratificação.

c) O Termo de Referência deve estabelecer os critérios objetivos de análise, detalhadamente especificados, bem como o prazo para apresentação de amostras.

- d) Esta etapa não deve restringir a participação de potenciais competidores situados em outros estados da federação, comprometer a celeridade do processo e impor ônus desnecessários aos futuros contratados.*
- e) O Termo de Referência deve mencionar se a amostra fará parte ou não do quantitativo a ser entregue após posterior aprovação do objeto.*

2.1.8. DO PRAZO DE ENTREGA/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

- a) O Termo de Referência deve estabelecer o prazo de entrega de produtos ou prestação de serviços, em conformidade com as práticas usuais de mercado, com amparo nas informações obtidas nos orçamentos da etapa de cotação de preços.*
- b) Os prazos previstos no Termo de Referência serão especificados no contrato, ata de registro de preços, ordem de serviço ou ordem de fornecimento.*
- c) Tais previsões devem ser objetivas, inclusive quanto a possibilidade de prorrogação de prazo, concedido a critério da Câmara Municipal de Ibiraçu/ES.*
- d) O Termo de Referência deve contemplar os critérios e prazos de recebimento provisório e definitivo, informar o local onde será recebido, o servidor ou comissão designada para desempenhar tal função, assim como as formas de contato por telefone ou e-mail.*

2.1.9. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

- a) O Termo de Referência deve estabelecer claramente os procedimentos de fiscalização contratual, buscando desde a origem da contratação dispor sobre a forma e as ferramentas utilizadas para a verificação do cumprimento das regras estabelecidas no Edital, Termo de Referência e Contrato.*
- b) As regras sobre acompanhamento e controle de execução de contratos da Câmara Municipal de Ibiraçu/ES estão dispostas na Resolução CMI n.º 005/2015.*

1.1.10. DA RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO

- a) Deverá ser informado no Termo de Referência o nome do servidor que ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação.*
- b) A designação do servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação deverá ser feita mediante portaria.*

2.1.11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

a) definir com clareza e precisão quais são as responsabilidades do contratante e do fornecedor na contratação. Estas informações são essenciais para o gerenciamento do contrato e para a aplicação de sanções ao contratado, quando for o caso.

2.1.12. DAS PENALIDADES

a) Tem como o objetivo disciplinar os casos onde o descumprimento total ou parcial de obrigação contratual pode acarretar aplicação de penalidades.

b) As penalidades administrativas devem ter caráter pedagógico e aplicação razoável, de forma a possibilitar sua real aplicação, a fim de evitar falhas na execução da contratação.

2.1.13. DA FORMA DE PAGAMENTO

a) O Termo de Referência deve estabelecer as condições e os prazos de pagamento, considerando as características da contratação.

2.1.14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a) O Termo de Referência deve prever qual ação e elemento de despesa serão utilizados para a contratação.

2.1.15. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

a) A identificação do valor de mercado é crucial para o sucesso da contratação. Neste sentido, o Termo de Referência deve estabelecer o parâmetro de preço que será aceito (considerando as peculiaridades da contratação) e o critério adotado para avaliação das propostas (item ou lote).

b) O parâmetro de preço é fundamental para a análise do julgamento das propostas do certame, assim como o cabimento de contratação direta em razão de valor.

c) As exigências e condições do mercado, tais como especificação, qualidade, desempenho, prazos de entrega, prestação de serviço, execução e garantia, são cruciais para a identificação do valor da contratação.

2.1.16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) Este item do Termo de Referência deve indicar informações relevantes para a contratação que não se enquadram nos itens antecedentes.

b) *Pode ser utilizado também para reforçar alguma informação imprescindível para a contratação.*

c) *Destina-se, ainda, para identificar algum critério relevante para comprovação, habilitação no procedimento licitatório, subcontratação, necessidade de visita técnica, ciência das condições da contratação, dentre outros.*

2.1.17. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

a) *Deverá constar no Termo de Referência o nome, cargo, matrícula do servidor.*

CAPÍTULO III – ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

3.1. ELEMENTOS DO PROJETO BÁSICO

a) *Além dos elementos do Termo de Referência descritos acima o Projeto Básico deverá conter os seguintes elementos:*

- desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;*
- necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;*
- identificação dos tipos de serviços a executar e materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;*
- informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a execução;*
- o subsídio para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos e outros dados necessários em cada caso;*
- orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentada em quantitativos do serviços e fornecimentos propriamente avaliados.*

- *cronograma físico-financeiro nos casos de prestação de serviços executado por empreitada e preço unitário, com os pagamentos a serem realizados por etapas, faz-se necessário um cronograma de desembolso financeiro no qual estabeleça os períodos de medição e os valores respectivos de cada parcela executada.*
- b)** *De acordo com o art. 7º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, não poderão ser incluídos no objeto da licitação:*
- *a obtenção de recursos financeiros para execução de obras e serviços, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica;*
 - *o fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo;*
 - *o fornecimento de bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou quando o fornecimento desses materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previstos e discriminado no ato convocatório.*

VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

- a)** *Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão resolvidos pela Unidade Central de Controle Interno.*
- b)** *Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.*

Ibiraçu, em 12 de julho de 2016.

JOSÉ LUIZ TORRES TEIXEIRA JUNIOR
Presidente da Câmara Municipal de Ibiraçu

ANEXO I
FASE INTERNA E FASE EXTERNA

